

**DISCURSO PROFERIDO PELO PROF. JOSÉ ARISTODEMO PINOTTI NA ACADEMIA
PAULISTA DE EDUCAÇÃO POR OCASIÃO DE SEU INGRESSO, OCUPANDO
A CADEIRA 17, NO DIA 29 DE OUTUBRO DE 2007**

Sem qualquer jogo de palavras, devo declarar minha surpresa ao ser eleito para este honroso sodalício. A verdade é que, dando aulas e dirigindo estabelecimentos de educação por toda minha vida, não me considero um educador, alguém que passa a maior parte do seu dia na sala de aula, com conhecimento profundo de pedagogia, com o jargão e o *physique du role* do professor, que tenha experimentado as agruras desse sacerdócio, acreditado e lutado pela corporação e conheça, profundamente, a filosofia e a história da educação, como é o caso do Prof. João Gualberto de Carvalho Meneses, que tão generosamente acabou de me saudar e por quem sempre nutri a maior admiração, pois reúne em uma só pessoa a figura do professor, do Acadêmico com densa e ampla produção intelectual, além de homem público, gestor e conselheiro. Não, por acaso, a casa que ora me recebe, o elegeu seu presidente. O professor João Gualberto é um verdadeiro paradigma para aqueles que se dedicam à educação e me sinto profundamente honrado em ser por ele saudado.

Pergunto-me, então, por que essa honra imerecida e encontro a resposta na amizade e na generosidade dos meus, hoje confrades, que talvez tenham percebido meu entusiasmo e dedicação singela, mas autêntica, à causa da educação e tenham nutrido certo grau de admiração pela minha ousadia, nos cargos que ocupei, de romper tabus, procurar caminhos novos, inconformar-me com a mediocridade, corrigir defeitos aparentemente insanáveis e me atirar de cabeça nos objetivos das incumbências que recebi, como se eles fossem uma quimera a ser conquistada a qualquer preço e a qualquer risco. De fato, consciente de estar no caminho correto, não têm me importado as dificuldades, as críticas e mesmo as agressões e os riscos.

Foi assim na Unicamp, nas décadas de 70 e 80, onde, além de reconstruí-la física e institucionalmente, avançamos na modernização do ensino médico, dando a ele a característica de inserção no serviço ou aprendizado direto, como quer Dewey, esse iluminado pensador do início do século XX, que caracteriza a Educação como uma *“reconstrução continua da experiência”*.

A proposta veio de uma observação simples, porém real: após 6 anos de curso convencional, mesmo nas boas escolas médicas, os alunos, sem risco de reprovação, formam-se, desprovidos de qualquer capacidade de atuação profissional e - por falta de um exame de estado - legalmente aptos a exercer qualquer ramo da profissão. Recorrem à residência e, depois de 2 ou 3 anos, tornam-se competentes para solucionar, com eficiência, os problemas de sua especialidade. Viram “craques”, demonstrando que, pelo menos na medicina, que é mais arte que ciência, o aprendizado direto - através da assunção gradativa e crescente de responsabilidades que o jovem deverá assumir sozinho no futuro - é a forma correta de ensinar. Aprender fazendo, contextualizar os conhecimentos em uma experiência prática interdisciplinar e concreta, onde se juntam habilidades intelectuais, emocionais, éticas e psicomotoras.

Constatado isso, procuramos inserir essa estratégia desde os primeiros anos do curso de graduação. Os resultados foram muito bons e comprovados, mas as dificuldades de adaptação, que a mudança requer, e a força da inércia fizeram, algum tempo depois, que quase tudo retrocedesse. Foi frustrante e se percebe agora o quanto se perdeu. Existe hoje um vestibular para residência mais concorrido do que para a graduação e 50% dos médicos, sem esse aprendizado, podem representar um risco para a sociedade. Nestes últimos 20 anos, percebo com alívio que essa modificação vem se concretizando, aqui e acolá, pela influência dos professores que vivenciaram a experiência da Unicamp, adquirindo, hoje, um novo nome “*Problem-based learning*” e, novamente, com bons resultados. Resta multiplicá-los. Aliás, essa é a oportunidade de aprendizado direto que o CIEE, que nos hospeda, adiantando-se às políticas públicas, tem oferecido para milhares de estudantes de diferentes profissões, pelas sábias mãos de Paulo Nathanael Pereira de Souza e Luiz Gonzaga Bertelli, fazendo também a ponte necessária entre a educação e o emprego.

Na seqüência, tivemos a experiência da Secretaria Estadual de Educação, durante o governo Montoro, no final dos anos 80, com o apoio de José Serra, então Secretário de Planejamento, quando implementamos o PROFIC (ensino em tempo integral para as crianças mais carentes, objetivando sua formação integral) certos, como estamos até hoje, de que nas políticas públicas é preciso tratar desigualmente os desiguais para oferecermos a todos as mesmas oportunidades. Esse é o sentido da focalização, não aquele que transformou a Educação pública brasileira em uma educação pobre e excludente para os mais pobres.

Aliás, a exclusão social é a marca maior da nossa educação, tão forte que, além dos resultados precários em termos de aprendizado, e talvez também por eles, a evasão a partir do 5º ano do ensino público fundamental dos alunos mais carentes é tão pronunciada que, segundo dados do Núcleo de Políticas Públicas da Unicamp, eles vão desaparecendo das estatísticas até tornarem-se invisíveis a nível de ensino superior. Dos 400.000 jovens que se graduam no ensino médio público em São Paulo, somente 1% deles terá oportunidade de cursar uma das nossas três Universidades Públicas e, apesar do sucesso do Programa de Ações Afirmativas, verifica-se que os mais pobres continuam a ficar de fora . A consequência é que apenas 11% dos brasileiros jovens, entre 18 e 25 anos, freqüentam a Universidade e são aqueles cujas famílias têm maior renda familiar. Na Argentina são 34%, na Espanha 50%, na Coréia 70%, no Japão 80%. Eu sei que a universidade não é para todos mas não pode ser para tão poucos e só para os mais ricos.

Esses números, além de comprovarem a exclusão, demonstram o desperdício que se faz da maior riqueza da nação – a inteligência de seus jovens – e afastam o país do processo de desenvolvimento. Todos os estudiosos que lidam com essa questão são unânimes em afirmar ser impossível desenvolver um país nos dias de hoje, sem pelo menos 1/3 da sua juventude na Universidade.

O atraso e a dívida com a educação são enormes, por isso, não adianta pensar que o aumento gradativo e lento, que vem ocorrendo, de vagas nas universidades públicas (algumas muito boas e todas muito caras), e o oferecimento de mais vagas nas privadas – que estão com 30% de inadimplência e 25% de evasão por ano – vão resolver essa questão. Esse modelo, que colocou a educação no mercado e aumentou a exclusão, está esgotado e parece que a maioria dos governos não se deram conta disso e se imobilizam frente a um dilema que, na realidade, é falso. Para darmos um salto ao mesmo tempo qualitativo, social, moderno e quantitativo na educação superior, teremos que organizar sistemas de ensino à distância (EAD) públicos, gratuitos e de alta qualidade, cujos resultados no mundo e mesmo aqui, demonstrados pelo ENADE, são superiores aos do ensino presencial. Estamos atrasados 30 anos nesse direcionamento e a tecnologia está aí disponível, pedindo para ser usada. Na Secretaria de Ensino Superior do Estado de São Paulo, com o total entusiasmo do Governador José Serra, iniciamos esse caminho e convidamos o Prof. Carlos Vogt para implantar o sistema estadual de EAD. Sua presença, hoje, como Secretário garante a continuidade

desse projeto, com suas inúmeras e conhecidas vantagens de aumento significativo de vagas, de melhoria da qualidade e de inclusão social.

A exclusão manifesta-se também, na outra ponta, no ensino infantil e é muito grave, pois aí se formam a personalidade e o caráter das crianças. Dos 22 milhões de crianças de zero a 6 anos no Brasil, apenas 1.200.000 têm creches e cinco milhões, ensino infantil. Enquanto não se universalizar essa fase do aprendizado as crianças provenientes de famílias mais pobres continuarão a iniciar o ensino fundamental já com enorme desvantagem, arcando depois com todas as demais.

As mães têm uma perfeita percepção dessa necessidade. Como Secretário da Saúde de São Paulo iniciei a construção de Centros de Saúde em favelas. Um dia, visitando uma das obras, fui cercado pelas mães que me disseram "Doutor, faça o Centro de Saúde aqui debaixo funcionar direito que nós vamos lá. O que precisamos aqui são creches" e expuseram suas razões com tal convicção, que mudei o projeto e construímos 37 Centros de Acompanhamento do Desenvolvimento Infantil (Cadi), para crianças de 0 a 6 anos, com 300 vagas cada, que mudaram a vida, não só das crianças, mas das favelas beneficiadas. Meu filho arquiteto denominou esse fenômeno de "metástase benigna". Foi correto ouvir as mães.

A ampliação da licença maternidade, que estamos apoiando no Congresso, o Fundeb e o ensino fundamental de 9 anos apontam nessa direção, ainda que timidamente, pois sequer tocam a questão das creches, que são protegidas por lei para as mães trabalhadoras. Lei esta que é burlada cinicamente, através de um acordo espúrio entre empresas e sindicatos, há várias décadas, quando é possível aplicá-la, desde que haja colaboração das empresas, do Sistema S (Sesc, Senac e Sesi), dos sindicatos e empenho do governo. Caminhamos bastante nesse desiderato, na Secretaria Municipal de Educação, em parceria com essas Instituições e com a colaboração do Ministério Público Estadual. Senti boas intenções de todas as partes em corrigir esse estelionato, que já se torna histórico. Bastaria haver manutenção da vontade política para que se consiga lograr a universalização das creches. Infelizmente, a continuidade de projetos tem sido difícil na transição de secretários. Faltam, uma burocracia forte e maturidade política.

Não é minha intenção ser ácido ou pessimista mas, apenas dar certa nudez ao meu depoimento e mostrar à nata dos pensadores da educação do País – pela ótica de um simples gestor – as dificuldades e complexidades que cercam os caminhos da

educação. Estou certo entretanto que, com a orientação desses pensadores, membros desta Academia, o nosso País encontrará a rota adequada.

Voltemos ao ensino fundamental, que é questão nuclear, e ao PROFIC. Os resultados nitidamente piores do ensino público “vis a vis” o privado – centenas de vezes demonstrados, a ponto de mitridatizar a imprensa e os políticos – não podem ser imputados aos professores, que são bons e freqüentemente, os mesmos aqui e lá. Incumbidos de transferir a cultura das gerações mais velhas para as que estão vindo e encantados pela alça afetiva que se estabelece no relacionamento com os alunos e com a beleza de sua missão, os professores não se deixam desestimular pelas precárias condições de trabalho e remuneração. Como bons patriotas, reclamam, mas não desistem, aceitam e cumprem a função quase como sina, realizando um trabalho solitário, pois a sociedade organizada e as famílias, equivocadamente demitiram-se dessa tarefa, deixando-a totalmente para a escola, sem se darem conta de que o teatro de operações de Educação vai muito além da sala de aula.

Suspeito que, por trás desta visão estreita de culpar os professores, exista uma indústria para oferecer treinamentos e avaliações dos cursos, que abundam, mas estranhamente deixa-se de lado o que é fundamental: a avaliação dos alunos e a valorização da carreira do professor.

A que se devem então os maus resultados do nosso ensino público? Sem dúvida a uma gestão precária e interrompida mas, certamente, em grande parte às condições completamente diferentes e cada vez mais adversas, dessas crianças no ambiente onde moram, para onde são devolvidas após a escola. Enquanto as que estão no ensino privado, têm pais leitores, livros em casa, reforço de matérias, aulas de línguas, esportes, fins de semana e férias pedagógicas, são bem alimentadas, têm sua saúde cuidada e são protegidas como meus netos. As que cursam escolas públicas – e é bom lembrar que são sempre e nitidamente as mais pobres, especialmente nos grandes centros urbanos – voltam para a rua, sem nenhuma dessas facilidades e têm sua saúde freqüentemente comprometida. Em pesquisa realizada nas escolas municipais pela UNIFESP e Fundação Faculdade de Medicina, em 2005, detectamos 9% de obesidade, 8% de sobrepeso, 8% de desnutrição, 4% de baixa estatura, 20% de verminose, 28% de anemia ferropriva, 58% de lesões dentárias, 10% de dificuldades visuais e 8% de problemas auditivos. Todos problemas que dificultam o crescimento, o desenvolvimento

e o aprendizado e que podem, a maioria deles, ser resolvidos na própria escola, dentro do conceito de Escola Promotora de Saúde.

O tempo integral no ensino fundamental é salvador, ajuda a equilibrar as diferenças, oferece tempo e espaço novos para recuperação de perdas anteriores, obriga a avaliação, protege as crianças da rua, que hoje é um espaço de risco, diferentemente de meus tempos de menino, onde a tessitura social desta cidade ainda estava íntegra e as calçadas eram pedagógicas.

No PROFIC, colocamos 514.000 crianças, as mais carentes e problemáticas de cada escola, em regime de tempo integral, incluindo aí o conceito da escola nova, do ensino vocacional e a prática da escola promotora de saúde. Na mesma época, Darcy Ribeiro, pioneiro nessa matéria, mantinha 50.000 alunos em escolas especiais do Rio de Janeiro. A diferença é que nós jamais consideramos o tempo integral como uma escola construída especialmente para tal fim, mas como um projeto a ser implantado em todas elas, para as crianças que mais necessitam.

Esse é o sentido de uma política focada, pois, um tratamento apenas formalmente igualitário, pode ser um biombo para a eternização das desigualdades e discriminações. Além do mais, a transmissão de bons valores, essencial na formação de nossas crianças, requer mais do que letramento e informações que estão nos livros. Requer exemplo, diálogo, gestos e atitudes, daí a necessidade de um tempo maior de convivência.

As crianças do PROFIC, depois de 5 anos, foram comparadas com as demais, em investigação realizada por Ana Tenca. Em 86% das 2.467 escolas estudadas, a pesquisa demonstrou que elas tinham uma “performance” escolar, pedagógica, comportamental e de saúde melhor do que as que não freqüentaram a escola em tempo integral apesar, repito, de terem sido escolhidas entre as mais carentes e problemáticas de cada unidade escolar.

Malgrado seus resultados incontestáveis, o projeto foi extinto em 1994. É incrível como esses assassinatos se repetem em nosso País. Aliás, essa agressão já tinha sido realizada sobre o ensino vocacional, embrião do PROFIC, culminando com a prisão de Maria Nilde Mascelani nos anos 60. Destroem-se programas que comprovadamente estão funcionando com bons resultados em um contexto de resultados medíocres e mantidos e os usuários não reclamam porque, ainda, na nossa cultura, saúde e

educação são benefícios considerados muito mais como favor, do que como direito pela maioria de seus usuários.

Hoje, se afirma que não há espaço nas escolas para retomar essa experiência, diga-se de passagem, implantada em todos os países do mundo que priorizaram a educação. Isso, nem sempre é verdade. É incrível a enorme quantidade de espaços e tempos ociosos na maioria das escolas públicas, onde podem ser mantidas oficinas de diferentes tipos, para detectar e desenvolver habilidades. Quando assumimos a Secretaria Municipal de Educação, verificamos com espanto que em nenhum CEU se praticava tempo integral e que as atividades culturais e esportivas eram realizadas, subtraindo-se horas do minguado tempo das salas de aula. A partir de 06 de maio de 2005, determinamos que as crianças mais problemáticas, com a permissão dos pais, ficassem o dia inteiro nesses Centros Educacionais e fossem selecionados também alunos das escolas do entorno, para aí completarem o tempo integral. Houve resistência, mas a determinação foi cumprida por todos os Céus, com ótimos resultados.

O que chega a emocionar é que diversas escolas, sem condições sequer semelhantes às dos CEUS, por vontade de seus professores, fizeram o mesmo.

Foi também possível potencializar o processo através do conceito moderno de “*Cidade Educadora*”, usando as excelentes e múltiplas oportunidades esportivas, artísticas, históricas e culturais da cidade e do entorno da escola, inserindo nelas parte do tempo do pós-escola em atividades preparadas e orientadas pelos professores. Tiram-se as crianças dos guetos da periferia para alimentá-las com o que a cidade tem de bom. Os relatos dessas experiências foram impactantes. Foi também interessante ver o Parque do Ibirapuera, o Sambódromo e o Clube Tietê com 2.000 crianças o dia inteiro e ainda parecerem vazios, mas muito mais alegres e úteis. Na Secretaria Municipal de Educação em 2005 e 2006, rompendo empecilhos de toda a ordem, com o apoio de José Serra, então Prefeito, colocamos 190.000 crianças nesse projeto que denominamos “ São Paulo é uma Escola”, com um nível excelente de satisfação dos pais, das próprias crianças e dos professores participantes.

Mais uma vez o processo foi revertido na nossa saída. Muitas escolas o mantêm clandestinamente, como mantêm, até hoje, o PROFIC; algumas coordenadorias, como a do Centro, o conservam explicitamente. É um movimento surdo e ético de objeção de consciência ou de jusnaturalismo na Educação. Felizmente, agora o projeto é

retomado, por orientação do Prefeito Gilberto Kassab – certamente motivado também pela experiência de nosso confrade e emérito educador, Pedro Kassab, com o nome de “*Clube Escola*”, utilizando 250 clubes ociosos da cidade de São Paulo, para o pós-escola.

Não tenho dúvidas de que o tempo integral no ensino fundamental brotará, com vigor, em São Paulo e no Brasil, pois nada mais forte do que uma idéia correta quando chega o seu tempo. Mas, para isso, é preciso que alguns tenham se adiantado, tentando inovar, ainda que seja para sofrerem temporariamente a frustração de verem seus projetos interrompidos e a alegria, às vezes conflituosa e tardia, de vê-los renascer, com outras denominações. Por isso, devo agradecer, de coração, meus colaboradores, idealistas que, acreditaram nas minhas utopias, entusiasmaram-se por elas, colocaram-nas em funcionamento, com dificuldades e enorme trabalho, próprios dos que inovam. E por inovar sofreram agressões e até processos por desalojar interesses e comodidades e sentiram a frustração dos que acreditam puramente no que fazem e vêem interrompidos seus sonhos sem terem, muitas vezes, maturidade para perceber que assim é a vida (Homenagear Colaboradores). Não há linearidade, mas, no fim, as boas causas acontecem e, para isso, as sementes precisam ser plantadas. Os bons sonhos acabam se transformando um dia em realidade mesmo que seja com outros nomes e outras pessoas. Afinal, a vida não é mais que um sonho, como lembra Calderón de La Barca em “Segismundo”:

Que é a vida? Um frenesi.

Que é a vida? Uma ilusão,

uma sombra, uma ficção;

o maior bem é tristonho,

porque toda a vida é sonho

e os sonhos, sonho são.

Esse sonho – dar qualidade e equanimidade ao ensino público – que é de todos nós, e por isso estamos na Academia, não se concretizará enquanto não o encararmos como uma construção pedagógica e também social, daí a necessidade do tempo integral, base para as demais mudanças. É evidente que os professores precisam ser melhor remunerados, valorizados e ter uma carreira atrativa, o que é justo, necessário, urgente e possível, mas deve ser feito concomitantemente com um novo projeto, pois não é só a melhor remuneração, repito, absolutamente necessária, que vai mudar a

educação. Esse aprimoramento não ocorrerá também enquanto o corporativismo, que favorece a alguns poucos, dominar os atemorizados gestores da educação; enquanto a política dirigir a educação pensando somente nas próximas eleições e nos jornais do dia seguinte; enquanto continuar se confundindo educação com tijolos e telhas; enquanto não se construir uma burocracia forte e tecnicamente habilitada; enquanto não se universalizar o ensino infantil; enquanto não se democratizar o acesso nas Universidades Públicas.

Ouso concluir que a questão não é prioritariamente de falta de recursos, pois a vinculação orçamentária nos protege mas, da utilização distorcida dos mesmos, como se percebe pelos desmandos que acabei de listar. Não tenho a menor dúvida de que um fator relevante para sua correção é a descentralização radical das verbas para as escolas, como fizemos na Secretaria Municipal de Educação (SME), através do Programa de Transferência de Recursos Financeiros (PTRF) para as Associações de Pais e Mestres (APM) de todas as unidades escolares, com clara demonstração de uma melhor utilização.

Um exemplo foi a pintura das escolas. Decidimos pintar todas – estavam muito mal cuidadas - a estética faz parte da pedagogia e tem relação com a ética. Fizemos um orçamento com o Serviço Municipal de Edificações, que calculou um gasto de 40 a 60.000 reais em média por escola. Desistimos. Com a descentralização dos recursos, todas as escolas foram pintadas pelas Associações de Pais e Mestres e gastou-se apenas de 7 a 10.000 reais por unidade escolar. Esse avanço será difícil de destruir, porque, esaldado pelas amargas lições anteriores, o aprovamos na Câmara como lei, que foi rapidamente sancionada pelo Prefeito José Serra.

Melhorando, o ensino público atrairá boa parte das crianças da classe média que não consegue mais pagar o ensino privado e cujos pais estão habituados a participar da vida da escola. Estabelecer-se-á, destarte, um círculo virtuoso, gerado pela independência pedagógica e financeira da unidade escolar e pelo controle social exercido pelos pais. Essa é uma das recomendações do nosso mestre João Gualberto que relembra continuamente que a autonomia é garantida pela lei de diretrizes e bases.

Estou certo de que, somente com uma abordagem pedagógica e social, holística e estrutural, poder-se-á romper o círculo vicioso que transformou a política de educação

em educação pobre para os pobres e colocada no mercado para ser comprada por quem pode pagar, com a qualidade dependente da quantidade de dinheiro disponível.

Essa é a antítese da cidadania e mesmo da democracia. É aonde chegamos nesse curto e entrópico período de globalização, na qual fomos mergulhados de modo acrítico. Vivemos em um País cuja taxa fiscal chegou a 40% (igual aos países escandinavos), mas somos obrigados, pela baixa qualidade das políticas públicas, a comprar outra vez nossa cidadania no mercado. Para dar dados precisos de como são usados esses recursos, recorro ao orçamento da República de 2006: 31% foram para a Previdência - não pode ser menos - e 44% para o serviço da dívida; 31 e 44 somam 75%, sobram 25% para o resto. Mas o resto é tudo o que é importante: Saúde, Educação, Moradia, Segurança, Infra-estrutura, etc.

Não faz sentido três bancos, para os quais vão os 44% dos juros da dívida, declararem lucros semestrais de mais de 4 bilhões de reais em um país com todas as características de pobreza que temos e, o que é pior, orgulharem-se disso.

Fica claro que se quisermos ter desenvolvimento e cidadania é necessário também praticar mudanças na política econômica, torná-la menos servil aos interesses do capital.

Comemoramos neste ano, 200 anos da vinda de D. João VI e da corte de Portugal para o Brasil.

Até então, éramos colônia, por muito tempo dividida em capitânicas extrativistas. O Império durou 81 anos. Veio a República Velha, que não era democrática, tampouco republicana; a Ditadura Getulista e apenas 20 anos de democracia antes da ditadura militar, após a qual, mais 22 anos. Tudo somado são apenas 42 anos de exercício democrático, que está se dando atualmente quase como um retorno aos tempos da colônia, com fachada de modernidade, pois a globalização estabeleceu uma forma apócrifa de dominação de alguns países periféricos pelos bancos, rentistas e países centrais - com o beneplácito de seus dirigentes. Estamos sendo usados como espólios da guerra fria, vencida pelos capitalistas, sem termos sequer guerreado.

É preciso um grande esforço das elites nacionais - que teimosamente resistem a participar do processo político - para darem sua contribuição em favor de uma liberação equilibrada, inteligente, científica, tecnológica e moderna desse novo jugo colonial, como outros países já o fizeram.

Isso, mais uma vez, só pode ocorrer com o poderoso instrumento da educação, pois ela leva, ao mesmo tempo, à politização, à ciência e tecnologia, à mobilidade social e ao desenvolvimento, com o tempero do humanismo, pois tecnologia e riqueza não são em si nem um bem, nem um mal, dependem do uso que dermos a elas e só com Educação, lograremos esse objetivo.

Caminhando para o final, devo dizer que, ocupar a cadeira 17, de Celestino Bourroul, é uma honra e uma feliz coincidência, pois fomos, com a distância de 38 anos, colegas na Congregação da FMUSP. Celestino Bourroul nasceu em São Paulo em 1880. Filho de médico ilustre cursou o colégio São Luiz e casou-se com Dona Maria da Conceição Monteiro de Barros. Pertencia à elite da cidade, mas foi um homem simples e dedicou sua vida a seus pacientes. Tornou-se professor titular de Moléstias Tropicais da FMUSP e faleceu em 1958 ano em que eu me formava. Tive a honra de conhecê-lo, mas não cheguei a ser seu aluno. Sua imagem, seu espírito e seu exemplo, entretanto, circulavam pelas salas de aulas e pelos corredores da FMUSP, ao lado de nossos grandes mestres do passado. Era tão cristão e tão devoto de São Francisco, que pediu para ser enterrado, com seus hábitos, em um caixão simples e sem discursos.

Suceder João Batista de Oliveira e Costa Júnior torna minha responsabilidade ainda maior e mais complexa. Médico, filósofo, educador, poeta, catedrático de Medicina Legal das Arcadas, fez, como eu, seu curso médico na USP, especializou-se em Medicina Legal com Flaminio Fávero, era católico e piedoso. Foi diretor da Faculdade de Medicina de Sorocaba, por três períodos. Costa Júnior era também um cidadão do mundo e como convém a eles, um poeta. Homenageio-o com um de seus escritos “Cabana Silenciosa”, onde certamente usou a licença poética para libertar-se.

Numa cabana escura e silenciosa
Construímos certa vez o nosso amor,
Pobre, bem pobre, era esse ninho,
Porém, cheio de beijos e carinhos.
Tosco estrado na alcova misteriosa
Acolhia teu virginal corpo em flor,
Pálida luz tirava-me a ventura
De ver em teus olhos a negra moldura.

Queridos amigos e confrades, termino. A educação é o bem maior do ser humano, segundo nosso confrade Pedro Kassab “uma verdade axiomática”. Acima de tudo ela liberta os indivíduos e conseqüentemente a coletividade ao contrário das políticas compensatórias, recomendadas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e fartamente usadas atualmente no nosso país.

Cervantes, antecipando-se ao iluminismo e mesmo ao anarquismo, no século de ouro, onde conviveu com Velásquez e El Greco, coloca, na boca do fidalgo “ Venturoso aquel a quien el cielo diò un pedazo de pan sin que lê quede obligación de agradecerlo a otro, que al mismo cielo! “las obligaciones de las recompensas de los beneficios y mercedes recibidas son ataduras que no dejan campear al ánimo libre”.

“quien es pobre y depende de la dádiva o la caridad para sobrevivir, nunca es totalmente libre.”

Ou seja, é imperativo, e já dizia Cervantes, há 400 anos, trocar políticas compensatórias, fáceis de fazer, com rendimento político imediato, mas que não levam a nada, por eficiência e qualidade nas políticas públicas essenciais, particularmente na educação, o que é difícil, trabalhoso, desloca interesses, mas salva a Nação e libera seu povo. Não consigo aceitar que isso seja um sonho irrealizável, até pela concretude de minha própria experiência.

O mesmo Don Quijote é o retrato da ficção, do sonho que incomoda. Durante sua passagem por Barcelona um catalão o aborda dizendo: “tu eres loco ...tienes propiedad de volver locos y mentecatos a cuantos te tratan y comunican”. Mas, no comentário de Vargas Llosa, ele é também “quem faz a ficção começar a devorar a realidade”.

Penso, caros confrades, que chegou a hora de nos unirmos para fazer nossas utopias devorarem a realidade cruel que cerca a educação no nosso País.

Minha história na educação é plena de tentativas, começos, algumas utopias bem sucedidas, mas também repleta de retrocessos, fracassos e frustrações.

Poderia aqui, lembrando Fernando Pessoa, me valer de seu lindo “poema em linha reta”, mas sei que não sou o único a sentir-me frustrado e impotente, pois garanto que todos, e cada um dos meus confrades, sonham, sonharam e acima de tudo, tentaram uma educação diferente, melhor. Prefiro aqui confessar com orgulho que de

nada me arrependo, que valeu a pena plantar sementes pois, o objetivo tem sido um só, oferecer cidadania ao sofrido povo da minha terra. Recorro, por derradeiro, ao mesmo Fernando Pessoa em seu inspirado Mar Português:

Ó Mar Salgado, quanto do teu sal.
São lágrimas de Portugal!
Por te cruzarmos, quantas mães choraram,
Quantos filhos em vão rezaram!
Quantas noivas ficaram por casar.
Para que fosses nosso, ó mar!

Valeu a pena? Tudo vale a pena
Se a alma não é pequena.
Quem quer passar além do Bojador
Tem que passar além da dor.
Deus ao mar o perigo e o abismo deu,
Mas nele é que espelhou o céu.

Valeu a pena? Tudo vale a pena
Se a alma não é pequena

OBRIGADO